



SANTOS-SP  
TERÇA-FEIRA  
21 DE JULHO DE 2020  
ANO 127 - Nº 43955  
R\$ 3,00

# A TRIBUNA

## Mais empresas buscam crédito para sobreviver

O número de micro e pequenas empresas que buscaram crédito para sobreviver à pandemia cresceu desde março. Segundo pesquisa do Sebrae e da FGV Projetos, de abril a junho a busca por empréstimo cresceu de 30% para 46%. **A-2**

## Caso de desembargador põe 'jeitinho brasileiro' em foco

Especialistas comentam ocorrência na praia de Santos

O comportamento do desembargador do TJ-SP Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, que ofendeu um guarda municipal de Santos no fim de semana, traz à tona uma característica brasileira, ligada à formação do País: o 'jeitinho'. Fruto do passado escravocrata e da desigualdade, o traço aparentemente simpático e descontraído dá lugar à truculência quando há embate. **A-5**

## DEBANDADA NA VILA BELMIRO

### Atletas entram na Justiça para sair do Santos

Um dia depois do goleiro Everson anunciar a ida à Justiça para deixar o Santos, agora é a vez do atacante Sasha seguir o mesmo caminho. O jogador afirma que houve corte de 70% nos salários, sem justificativa, quando o acordo era de 30%, por três meses, em virtude da pandemia. O meia Bryan Ruiz já havia se desligado e agora cobra indenização de R\$ 10 milhões do clube, na CBF. **B-7**

>> Já foi Bryan Ruiz



>> Está indo Everson



>> Querir Sasha



### JÔ FORA

O atacante Jô está fora do clássico contra o Palmeiras, amanhã, na Arena Corinthians, e da partida contra o Oeste, domingo, em Barueri. O motivo foi o Corinthians não ter conseguido fazer o registro do jogador na CBF até as 19 horas de ontem. Assim, Jô só deve reestrear com a camisa do Timão caso a equipe se classifique para as quartas-de-final do Paulistão. **B-8**

### Em meio a divergências, Fundeb deve ir a votação hoje

O Fundeb, que financia a Educação Básica, deve ser votado na Câmara em meio a divergências sobre a participação Federal. O governo acena com aumento, mas discorda quanto aos percentuais. Pesquisa aponta que, de cada 10 cidades do País, oito usam o fundo para pagamento de salários. **B-3**

### ARTIGOS

**GAUDÊNCIO TORQUATO**  
Passa no teste das urnas quem for identificado como aquele que pôs comida na mesa do Brasil. **B-4**

**JOSÉ LUIZ TAHAN**  
Em tempos de mascarados, ou não, uma reedição de Pirandello lembra da busca por si mesmo. **C-2**

### CARGA DE ESPERANÇA

Começam hoje os testes da vacina contra covid-19 produzida pelo laboratório Sinovac Life Science, da China. As 20 mil doses iniciais foram desembarcadas ontem, no Aeroporto de Guarulhos. A vacina é uma das mais promissoras no mundo e será aplicada em 9 mil profissionais da saúde. **A-3**



### GALERIA

Página C-2  
**A hora e a vez dos poetas da região em sarau virtual**

### E MAIS

Educação. A-8  
**Hoje é o último dia de inscrição para as Etecs**

Governo. A-4  
**Dois ministros testam positivo para coronavírus**

Santos. A-6  
**Orquidário reabre ao público, com restrições**

### Bom dia

O Brasil deve, desde já, se preparar para as mudanças inevitáveis e planejar o futuro, para quando a pandemia passar. **A-2**

### Setor portuário crítica plano de desenvolvimento

Ações do Governo na berlinda. **B-5**

### Jovem é baleado por desconhecido em São Vicente

Foi na Esplanada dos Barreiros. **A-6**

### Tempo

O dia será ensolarado, sem nuvens. **A-1**  
Mín. 18º Máx. 29º  
TOTAL DE CHUVA EM 20 DIAS

CLIQUE E ASSINANTE A TRIBUNA  
QR CODE DO SITE  
ASSINANTE A TRIBUNA

Assinantes: @tribunasantos, @gpcntrio, Jornal A Tribuna, A Tribuna Jornal  
ASSINANTE (11) 2103-7200



# PDZ prepara Porto de Santos para processo de privatização

Esta foi a conclusão de participantes de webinar realizado ontem. Eles defenderam maior debate sobre plano

MATHEUS MÜLLER  
DA REDAÇÃO

A nova versão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, em análise pelo Governo Federal para sua aprovação, prepara o complexo marítimo para a privatização de sua gestão, objetivo que a União pretende alcançar em 2022. A avaliação é de representantes do setor e autoridades políticas que participaram de um webinar, ontem, para analisar o PDZ.

Esses participantes criticaram como o Governo tem conduzido a elaboração da nova versão do plano, que determina as regras para a exploração das áreas do Porto. Para eles, deveria ter sido realizada uma audiência pública para avaliação dos impactos das mudanças previstas no novo PDZ para a Baixada Santista. A falta desse diálogo, de acordo com esses especialistas, pode gerar transtornos sociais e ambientais à região. O webinar foi promovido pela Rádio Brasil Atual Litoral. Um dos participantes do debate, Carlos Alberto Wanderley Nóbrega, ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), citou a Portaria nº 77 do Ministério da Infraestrutura (Minfra), que delimita a área poligonal do Porto de Santos – os limites da área administrada pela Autoridade Portuária. Segundo ele, essa norma abre caminho para a aprovação do PDZ e deixa claro o pensamento do Governo Federal, que é desestatizar o cais santista.

“(A portaria) abre espaço para mais áreas no Porto de Santos. Ela agrega uma área da União, principalmente uma da Alemoa, para que o Porto possa ser um ativo interessante”, disse Nóbrega. E ressalta que, dessa forma, a empresa que se candidatar à gestão do Porto poderá ter mais lucro com a possibilidade novos arrendamentos.

O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP) acrescenta que o governo Bolsonaro tem uma “obsessão pela privatização”. “Querem exatamente detonar as possibilidades de controle do Estado”, afirmou.

O parlamentar ainda criticou a falta de uma audiência pública para debater o PDZ. “A audiência é justamente para chegar num ponto comum para atender o maior número de interesses. Agora não, o governo faz o PDZ e atropela o governo municipal e a população”.

## IMPACTO URBANO E AMBIENTAL

O ex-diretor da Antaq Carlos Alberto Nóbrega aponta que o debate do PDZ deve ser mais participativo para evitar impactos negativos e, segundo ele, possibilitados pela Portaria nº 61 do Minfra, que “esquece que



Navios atracados no Porto de Santos: nova versão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do cais santista está em análise pelo Governo

## RESPOSTA

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) negou que a elaboração do PDZ tenha ocorrido sem debates. De acordo com a APS, o processo contou com ampla participação da comunidade portuária e sociedade civil, com mais de 30 reuniões com 50 entidades de trabalhadores, inclusive o Settaport, classe empresarial, sociedade civil, Poder Judiciário e prefeituras locais, entre outros. “A partir destas apresentações, várias contribuições da comunidade portuária foram incorporadas ao PDZ, entre as quais: a destinação de dois berços de atracação para operadores de cais público; reserva de áreas para apoio portuário; e garantia de espaço para operação de suprimento de navios”.

ao redor Porto tem uma cidade, uma comunidade e os efeitos que a concentração de um terminal ou outro possam acarretar na área urbana”.

Segundo Nóbrega, a portaria “flexibilizou as exigên-

Sobre os impactos ambientais que o PDZ pode ocasionar, a APS afirma não ser um argumento válido, devido aos regramentos da legislação ambiental. E ressalta investir em tecnologia e ações para consolidar esse compromisso. Para este ano, R\$ 23 milhões estão previstos para políticas ambientais. Ainda reforça que exerce “criteriosa rotina de inspeção nos terminais arrendados, que, em caso de descumprimento das normativas, podem ser remetidas à Antaq para sanções aos infratores”.

A Autoridade Portuária ainda aponta que as medidas previstas no novo PDZ projeta a geração de mais de 60 mil vagas de trabalho, entre os criados com obras e a operação de novos terminais.

cias tanto de projeto (viabilidade), quanto exigências ambientais (realizadas ao final) e de atendimento ao planejamento urbano do município onde o Porto está situado”.

Antes, para cada projeto

portuário, havia de existir um estudo de viabilidade, mas essa necessidade foi suprimida, desde que conste no PDZ, disse Nóbrega. E, segundo ele, o mesmo texto “retirou a necessidade de compatibilização do Plano de Desenvolvimento com as políticas de desenvolvimento urbano dos municípios, onde o Porto se localiza”.

O vereador e presidente do Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operado-

res Portuários do Estado de São Paulo (Settaport), Francisco Nogueira, reforça que a Portaria 61 é uma “agressão ao pacto federativo” e aos interesses da população, além dos impactos sociais e ambientais.

Ele ressalta já ter feito várias audiências públicas sobre o PDZ, mas que a Autoridade Portuária (Santos Port Authority) não compareceu a nenhuma delas. “Oportunidade não faltou”.

## União planeja desestatizar Porto do Rio

DA AGÊNCIA BRASIL E DA REDAÇÃO

A busca por maior competitividade é um dos objetivos do Ministério da Infraestrutura para o Porto do Rio de Janeiro, que completou ontem 110 anos. O secretário-executivo da pasta, Marcelo Sampaio, destacou a estratégia e que a privatização da gestão do complexo é um objetivo.

Em conferência virtual comemorativa do aniversário do porto ontem, o secretário afirmou que o Ministério trabalha com planejamento alinhado para o setor portuário, procurando desburocratizar normas vigentes e criar um ambiente favorável a investimentos públicos e privados.

Sampaio afirmou que o objetivo é tornar os portos mais eficientes, o que, segundo ele, passa pela privatização dos equipamentos públicos. E ressaltou que a ideia era começar pela privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Condesa), “até para testar o modelo”.

O esforço visa tornar a companhia menor, mais simples em termos de portabilidade e mais saudável em termos de contabilidade. Sampaio informou que há um movimento que defende a privatização em conjunto da Autoridade Portuária de Santos e da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que administra o Porto do Rio. “Este é, sem dúvida, o futuro para a Companhia Docas do Rio”, disse o secretário.

### Sindisan Informa

Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista

#### Infrações relacionadas ao DIF levam Sindisan a encaminhar ofício à diretoria do Denatran

Muitas empresas associadas ao Sindisan têm entrado em contato para relatar o mesmo problema: o procedimento de fiscalização de trânsito realizado por policiais rodoviários diante da constatação de parcas folgas no DIF (Dispositivo de Fixação de Contêiner). De acordo com os transportadores, os agentes vêm autuando os motoristas alegando a ausência do selo de identificação da conformidade do DIF, previsto na Portaria INMETRO nº 284/2007, para fins de comprovação de conformidade com a norma ABNT NBR 7476.

Para detalhar a situação e pedir providências, no último dia 16, encaminhamos um ofício ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN, Frederico de Moura Carneiro. Nosso objetivo foi solicitar a realização de estudos visando a revisão da Resolução CONTRAN nº 564/2015, que fixa os requisitos de segurança para a circulação de veículos transportadores de contêineres, em especial quanto às infrações relacionadas ao DIF.

Conforme explicamos em nossos argumentos, a folga constatada no DIF, em regra, é proveniente do próprio dispositivo e não de sua fixação inadequada. No entanto, esse fato não tem sido levado em consideração pelo policiamento que, mesmo diante da ausência de prejuízo à fixação do contêiner ao veículo, tem procedido sucessivamente a autuação e remoção dos veículos que possuem DIF com folgas dessa natureza.

Outro fato que expusemos ao diretor foi o de que a ausência do selo de identificação da conformidade do DIF acontece em muitos veículos pelo fato de, com o passar do tempo, os mesmos perderem a aderência e caírem do DIF.

Desta forma, solicitamos em nosso ofício que o problema seja encaminhado à Câmara Temática de Assuntos Veiculares (CTAV), para análise do pedido de revisão da Resolução CONTRAN nº 564/2015.

Salientamos, ainda, que no dia 9 de julho encaminhamos ofício à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado de São Paulo, relatando o fato identificado.

O processo está sob a responsabilidade da MFV Trânsito e Transporte, assessoria jurídica do Sindisan, especializada em assuntos de transporte.

R. Dom Pedro II, 89 - Centro - Santos/SP - Tel.: (13) 2101.4745 | www.sindisan.com.br

Uma década começa no lugar certo.  
Ecoporto multipropósito

ecoportosantos.com.br

ECOPORTO SANTOS



# Dia a Dia

**Maurício Martins**

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## **Desembargador, persona non grata**

O vereador Lincoln Reis (PL) pretende apresentar hoje, na sessão da Câmara de Santos, uma moção de repúdio aos atos do desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha Siqueira. O magistrado virou notícia no País inteiro após um vídeo mostrar sua reação ao ser abordado na praia pela Guarda Municipal. Se recusando a usar máscara, o desembargador ligou para o secretário municipal de Segurança para tentar escapar da autuação, humilhou um guarda, rasgou a multa e jogou na areia. O requerimento do vereador pede que Siqueira seja considerado Persona Non Grata no Município (que não é agradável, não é bem-vinda). A postura de Siqueira foi criticada por vários parlamentares. Para a vereadora Telma de Souza (PT), "o estômago fica embrulhado com esse tipo de atitude, de quem tenta humilhar, a partir da posição que ocupa, quem exerce o seu trabalho". Já Siqueira alega que não é vilão, mas vítima de armação. É aguardar a apuração dos órgãos competentes e conferir.

## **Discurso**

O deputado estadual Tenente Coimbra (PSL) tem um discurso contra a "velha política" e cuidado no uso das verbas públicas. Recentemente abriu um processo seletivo para o preenchimento de duas vagas em sua equipe de assessores. Afirma que faz isso para não recorrer a conhecidos ou adotar escolhas políticas.

## **Prática**

Porém, em consulta ao site da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), é possível ver que entre os 18 assessores lotados no gabinete de Coimbra, dois são parentes de políticos conhecidos. Thiago Magalhães Papa é filho do ex-prefeito de Santos João Paulo Papa (PSDB) e ganha mais de R\$ 6,8 mil como auxiliar parlamentar. Já Sergio Caldas Santana Júnior, filho do vereador santista Sérgio Santana (PL), é auxiliar legislativo, com salário de R\$ 6,6 mil.

## **Explicação**

Procurado, o deputado estadual afirma estar cumprindo rigorosamente o que anunciou no processo seletivo, que é prezar pela capacidade técnica. "Os assessores Sergio Caldas Santana Júnior e Thiago Magalhães Papa trabalham em meu gabinete justamente porque ambos têm capacidade técnica de sobra, boa experiência no setor público e ensino superior", justifica.

## **Sou único**

Tenente Coimbra afirma que foi o único deputado estadual que separou vagas no gabinete para serem preenchidas por meio de processo seletivo. "Importante aproveitar a oportunidade, a partir desse questionamento, para deixar isso claro ao leitor. Significa valorizar o dinheiro do contribuinte, utilizando-o com parcimônia."

ARQUIVO



## **Lavatório**

A Prefeitura de Santos, com o apoio da Sabesp, atendeu ao pedido feito pela vereadora Audrey Kleys (PP, foto) e instalou um lavatório na Praça Caio Ribeiro de Moraes e Silva, em frente ao Sesc, no bairro Aparecida. O objetivo é que frequentadores e expositores da FeirArte, que voltou a ser montada no último domingo, possam higienizar as mãos e ajudar na prevenção à covid-19.

## **Pela saúde**

O deputado estadual Kenny Mendes (PP) indicou mais de R\$ 6 milhões em emendas para a saúde na Baixada Santista durante o primeiro semestre deste ano. Agora, o parlamentar trabalha na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para a criação de dois cursos técnicos da área nas Etecs: de Gerência em Saúde e de Reparo e Manutenção de Equipamentos Biomédicos.

## **Necessidade**

"A pandemia explicitou a necessidade de formarmos profissionais para as funções de apoio aos que trabalham na linha de frente das unidades de tratamento", comenta Kenny Mendes. "Os dois projetos de lei possibilitam um reforço para as equipes médicas e abrem campo de trabalho para pessoas em início de carreira".



**DIÁRIO** do litoral.com.br

**Terça-feira** 21 DE JULHO DE 2020

**INFORMAÇÃO É TUDO**

**R\$ 2,00**  
ANO 21 - Nº 7532

Ministros Milton Ribeiro e Onyx Lorenzoni estão com Covid-19. BRASIL/BI




# Desembargador pode até ser destituído do cargo, diz CNJ

» Conselho Nacional de Justiça afirma que magistrado que humilhou GCMs em Santos corre risco de aposentadoria compulsória

Isso pode ocorrer caso exista um processo na Justiça e o juiz responsável pelo caso acredite que a punição ao desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha Siqueira, que

é ex-coordenador da SAS (Secretaria da Área de Saúde) do Tribunal de Justiça de SP, seja cabível. O caso do desembargador será apurado pelo próprio CNJ. CIDADES/A3

## Teste de vacina começa hoje em São Paulo

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, confirmou a chegada de 20 mil doses da vacina Coronavac à sede do instituto, na capital paulista. Segundo ele, os testes da vacina do laboratório chinês Sinovac Biotech começam hoje no Hospital das Clínicas, também na cidade de São Paulo. BRASIL/BI



## Honra ao Mérito Guardas Civis vítimas de desrespeito em Santos são homenageadas

Os guardas municipais Cícero Hilário Roza Neto e Roberto Guilhermino da Silva foram homenageados nesta segunda-feira no Salão Nobre do Palácio José Bonifácio pela Prefeitura de Santos. "A sociedade não admite mais a velha prática de dar carteiraada. Vocês cumpriram com excelência a função de vocês, que colocam a vida em risco para salvar outras vidas. Em nome de vocês, parabéns toda a guarda municipal", disse o prefeito Paulo Alexandre Barbosa. CIDADES/A3

### PERUIBE

## Vereador pode perder função pública

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo condenou o vereador de Peruipe, Eduardo Martins Teles de Aguiar (PMDB), ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Peruipe (Sintrape), a perda de função pública (mandato); suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo mesmo tempo. Além do parlamentar, a ação, movida pelo MP em 2017, envolve os dois funcionários públicos que, como ele, são ligados ao Sintrape. CIDADES/A3



## Homem é preso por estuprar a própria irmã

Policiais da Delegacia de Polícia de Itariri prenderam um homem de 19 anos suspeito de estuprar a própria irmã, de 8 anos de idade. Segundo a Polícia Civil, o Boletim de Ocorrência foi registrado após a menina conseguir falar sobre o ocorrido às conselheiras tutelares que acompanhavam o caso. Segundo a criança, o crime aconteceu dentro do sítio em que mora com a família, na área rural do Vale do Ribeira. CIDADES/A4

### PRAIA GRANDE

## Nova Escola de Surfe terá inauguração virtual

CIDADES/A4

## Guarujá seleciona projetos ambientais no Rabo do Dragão

Prefeitura busca interessados em promover atividades educacionais CIDADES/A4

## Vacina de Oxford para Covid-19 é segura

BRASIL/BI

## Falta de dinheiro segura o brasileiro em casa

SEU DINHEIRO/A5



## CONTRA PUNTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



BEL OXFORD/UNSPASH

**A Hora da Verdade.** O caso do desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira é mais um daqueles momentos que criará uma divisória na história deste decadente País. É mais um daqueles casos em que o brasileiro vai assistir, inerte, porque as instituições impedem qualquer movimento, se a justiça vai se fazer valer frente a um ato injustificável e impossível de não se arrepender enquanto uma parcela, cada vez mais em diminuição, faz de tudo para seguir as diretrizes das autoridades sanitárias de todo o planeta que clamam para que elas fiquem em casa, usem máscaras e preservem não só a própria saúde, mas a de todos aqueles que são e estão próximos. Vamos ser francos aqui e agora, os registros feitos pelos Guardas Cíveis Municipais Cícero Hilário Roza Neto e Roberto Guilhermino demonstram um comportamento claro como cristal não de uma pessoa que se recusa a seguir medidas de saúde, mas pior, alguém que quer usar a sua ocupação como desembargador, um juiz que atua nos tribunais de segunda instância, como uma justificativa para se estar acima da lei. Espera aí, lei não, se fosse uma lei, ele afirma que respeitaria, mas jamais poderia usar uma máscara apenas por causa de um decreto municipal, mesmo que este decreto sirva para tentar impedir que o Brasil, que já passa dos 80 mil mortos, siga com mais pessoas infectadas pelo novo coronavírus. A tentativa de justificar o injustificável e de ele estar totalmente convencido que não seria punido pela infração devido a seu cargo de desembargador leva o homem a ligar para o Secretário Municipal de Segurança de Santos, Sérgio Del Bel Júnior, com o objetivo de mostrar que estava correto ao desrespeitar normas de saúde e para colocar os dois agentes de segurança em 'seus devidos lugares'. Pois bem desembargador, o devido lugar de ambos é onde possam ser condecorados. Mas tudo isso aqui é secundário, a hora da verdade é aquela que ainda está por vir e trará a resposta que todos desejamos saber. O que vai acontecer com Siqueira? Ele aposta em uma cumplicidade dentro de sua corporação. Apenas o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Conselho Nacional de Justiça vão nos informar 'que país é esse', como já disse Renato Russo. Só espero que as pessoas responsáveis por aplicar as penalidades no desembargador tenham assistido Clube da Luta recentemente para não esquecer que: Não somos especiais. Não somos um belo ou único floco de neve. Somos feitos da mesma matéria orgânica em decomposição como tudo no mundo. O cargo de cada um, não vale de absolutamente nada. Ou, pelo menos, não deveria.

**Última hora.** Pré-candidato à prefeitura de Cubatão, o Dr. Paiva, que está se recuperando da Covid-19, se filiou ao PSL.